



Mudanças
Sara
João Pedro
Conceição
Luís

RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS DE GERÊNCIA DO ANO DE 2025

O presente relatório reporta-se ao ano de 2025, sendo da responsabilidade dos atuais Corpos Gerentes, a partir de fevereiro desse ano.

Refira-se também que, desta Gestão podem resultar algumas divergências com as Previsões Orçamentadas para 2025, uma vez que as mesmas foram da responsabilidade de outros Dirigentes.

A gestão reportada ao ano de 2025, assume-se acima de tudo, por priorizar a aplicação das diretrizes emanadas pela Entidade Tutelar – IGFSS/ISSS, nomeadamente saindo das situações de NÃO Conformidades, como naturalmente seria imperativo.

Para tal, contratámos mais uma Técnica de Serviço Social que em equipa com a Diretora Técnica, têm aplicado as diretrizes emanadas pela Direção, superando as inúmeras dificuldades existentes, nomeadamente sobre os Processos Individuais dos utentes: Inscrições e Seleção, Avaliação Diagnóstica e Plano de Cuidados, atribuindo as participações mensais em consonância com a Fórmula legal.

Atualizámos o Regulamento Interno para ERPI – Estrutura Residencial e também os Contratos de Prestação de Serviços, face às exigências legais (não estavam conformes).

Neste percurso, encontramos algumas contrariedades advindas da resistência de alguns Recursos Humanos, no que respeita à necessidade de aceitação e cumprimento das regras impostas pelos Manuais da Qualidade da Segurança Social, que obrigam a reestruturações constantes nos vários setores, e que continuam até assumirem um carácter constante e permanente, que melhore substancialmente a Qualidade dos serviços e Bem Estar dos nossos utentes.

Criámos Regras de Trabalho, o Processo de Avaliação e Desempenho que se inicia após o primeiro ano de Gestão, e nos permitirá rastrear se os Recursos Humanos correspondem às necessidades da AURPIA.

Contrariámos o orçamento de 2025, onde a verba inscrita para Formação Profissional, era apenas de 257,00€. Até à data de 31 de dezembro 2025, quase todos os profissionais haviam já frequentado algumas Formações quer gratuitas quer pagas, nomeadamente: Ajudantes de Ação Direta, Auxiliares Serviços Gerais, Lavadeiras, Animação Sociocultural, Serviços Administrativos, Pessoal de Hotelaria e Pessoal Técnico. Destacamos a formação sobre MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO com SIMULACRO para todos, e ainda, UTILIZAÇÃO DE DESFIBRILHADOR AUTOMÁTICO para 6 pessoas, oferecida pela Junta de Freguesia de Azeitão precisamente há 1 ano.

*André
Sara
F. P. P.
L. R.
Comércio*

Saíram várias funcionárias quer por não renovação de contratos, quer por faltas injustificadas ou por incumprimento dos deveres contratuais. Foram admitidos vários outros Recursos Humanos, alguns deles ao abrigo da medida+E/2025 do IIEFP, por custear uma pequena parcela das suas remunerações.

Quanto às nossas Instalações, nomeadamente ao edifício, herdámos uma situação muito complexa no que respeita à sua conservação e manutenção, como sendo o sistema de canalizações, infiltrações e suas consequências, que, infelizmente ainda não conseguimos resolver totalmente, apesar de todos os nossos esforços, e dos inúmeros profissionais que já vieram avaliar os problemas, sem que nos apresentassem um orçamento que leve à solução das causas, que, poderão muito bem advir da cobertura e da deficiência das caleiras existentes. Como não somos de desistir, teimamos até conseguir.

Foi aprovado no final de 2025 a aquisição de mais 4 aparelhos de Ar condicionado para instalar nalguns quartos dos residentes, para oferecer mais conforto climático, e bem-estar.

No que se refere às alterações exigidas no edifício pela Segurança Social, para podermos aumentar o número de utentes em Acordo de Cooperação, após uma reunião com a Arquitecta que tratava do projeto, o mesmo só nos foi entregue já no início de 2026, pelo que só então terá novos desenvolvimentos.

Iniciámos também um controle de mercadorias no setor de Aprovisionamentos, no sentido de abolir acumulados, concretamente alguns bens congelados e desperdício, nomeadamente legumes, que resultarão em ementas mais saborosas, consentâneas com a dieta mediterrânea, e de agrado dos utentes.

Em 2025 optamos por não incrementar qualquer aumento nas mensalidades, depois de verificarmos que a maioria delas se encontrava superior aos valores devidos, se fossem apuradas através da fórmula correta (estavam não conformes). Foi um risco que corremos, mas que afinal não trouxe prejuízo à AURPIA, porquanto o saldo registado nas nossas Contas de Gerência foi quase o dobro do registado em 2024: ou sejam 151 604,21€ (em 2024 foi de 78 452,77€). O Resultado do Exercício de 2025, foi superior mais de 4 vezes ao Orçamentado.

Obviamente que as participações dos utentes e familiares para 2026, serão atualizadas, pois já foram solicitadas as declarações das pensões para 2026 aos nossos utentes no final do ano, para apurar as novas mensalidades para o ano subsequente.

Relativamente aos custos médios por utente na ERPI, os resultados contabilísticos demonstram que estão acima da média nacional que é de 1 629,15€. Na AURPIA o valor sobe para mais de 2 000€, sendo então possível subir as participações até mais 15%, o valor a cobrar aos utentes/responsáveis.

Quanto ao custo médio dos utentes em CENTRO DE DIA, o valor situa-se também muito acima dos valores cobrados nas mensalidades, dado que, sendo uma Resposta Social de carácter Particular, não existe qualquer comparticipação do IGFSS/ISSS.

Assim, o resultado do CD apresenta um déficit, enquanto na ERPI, existe superavit.

Não podemos deixar de agradecer a todos/as aqueles/as amigos da AURPIA, e seus Voluntários, e também algumas Entidades locais, os donativos em espécie que nos fizeram chegar, que atenuam um pouco as nossas dificuldades. Teremos sempre uma dívida de gratidão para com estes.

Entendemos serem estes os aspetos mais relevantes, ocorridos durante a Gestão no ano de 2025, pese embora termos iniciado um novo ciclo tão ambicioso quanto difícil, pois é assim que vemos o futuro, carregado de incertezas. Daí o rigor que impomos no cumprimento das regras impostas pela Entidade Tutelar, de quem dependemos em parte, financeiramente.

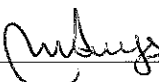
O que nos move, é acima de tudo, a **promoção da Qualidade e Bem-estar dos Idosos**, de forma harmoniosa e holística, através da melhoria continua dos processos, identificando os pontos fracos, combatendo o desperdício, para recriarmos o funcionamento estratégico dos vários setores, visando sempre a Excelência no desempenho. Foi com esse intuito que em 2025, iniciámos esta caminhada surpreendente, face ao modo como encontrámos o funcionamento da AURPIA.

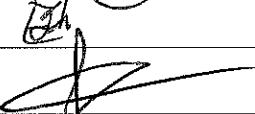
Acreditamos sinceramente, que este é o caminho para prosseguir, apesar dos trilhos difíceis e sinuosos que nos esperam, tanto interna como externamente. Mas daremos tudo o que temos para conseguir, com a colaboração dos Sócios, Famílias, Trabalhadores, Voluntários, Instituições e Comunidade envolvente.

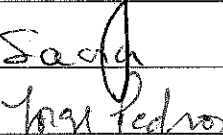
Somos gratos a todos quantos tornaram possível, estes resultados. Bem hajam, por isso.

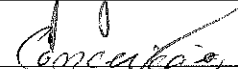
Aurpia, 20 de Março 2026


A Direção






Sara


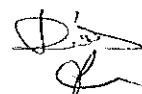
João Pedro


Conceição


João Pedro


José Silveira

Assembleia Geral Ordinária
ATA nº 52



Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e vinte seis, pelas quinze horas, de acordo com o estipulado no artigo 28-Nº 2 b, dos Estatutos, teve lugar a Assembleia Geral Ordinária da AURPIA – Associação Unitária de Reformados Pensionistas e Idosos de Azeitão, IPSS, que se realizou no seu edifício sede, sito na Rua António Maria de Carvalho, Bairro da Torre, em Vila Nogueira de Azeitão, a fim de se cumprir a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um – Apreciação e Votação do Relatório e Contas de Gerência do ano de 2025. -----

Ponto Dois – Outros assuntos do interesse da Associação. -----

Na Mesa estiveram presentes o Presidente da Assembleia Geral, Diamantino Estanislau, o Vice-Presidente, José Gonçalves, o Primeiro Secretário, José Fernando Costa, a Presidente da Direção, Arminda Santos, o Tesoureiro, Joaquim Rato e o Presidente do Conselho Fiscal, João Guilherme Santos. -----

Ao abrir a sessão o Presidente da Assembleia Geral, Diamantino Estanislau, pelas quinze horas e trinta minuto, cumprimentou os associados e agradeceu a sua presença. De seguida procedeu à leitura da convocatória da qual constava a ordem de trabalhos de acordo com o estipulado no Artº 29º dos Estatutos. Após a leitura perguntou à Assembleia se todos estavam de acordo com a sua redação, como ninguém se pronunciou, passou à validação estatutária dos associados presentes através das assinaturas no livro de presenças. Verificando-se registados no livro vinte e quatro associados. -----

Posteriormente o Presidente da Assembleia, convidou o Primeiro Secretário para proceder à leitura da Ata número cinquenta e um, colocando-a depois à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

De seguida o Presidente da Assembleia, deu início ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos; Apreciação e Votação do Relatório e Contas da Gerência do ano de dois mil e vinte cinco, passando a palavra à Presidente da Direção, para proceder à sua apresentação. A Presidente começou por cumprimentar todos os presentes e agradecer todo apoio dado pela direção e trabalhadores. Entrou depois no Relatório com a leitura do texto de introdução e apresentação das várias rubricas das contas. Falou de parcerias existentes e protocolo de cooperação quer com o Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal quer com outras Instituições, mas, no entanto, considera-se um ano de grandes exigências para manter a sustentabilidade desta casa exigindo das entidades competentes uma reflexão sobre os apoios a prestar. No final temos em despesas: (1.187.942,60€), um milhão cento e oitenta e sete mil novecentos e quarenta e dois euros e sessenta cêntimos, e um resultado de receitas de: (1.470.253,51€), um milhão quatrocentos e setenta mil duzentos e cinquenta e três euros e cinquenta e um cêntimos. -----

De seguida o associado nº 380, Cláudio Bartólo, solicitou esclarecimento para saber se o valor da fórmula para achar as mensalidades do Lar, é de 2.000,00 €. A Presidente da Direção, esclareceu a fórmula de aplicação para achar o seu valor e disponibilizou-se para prestar algumas informações à Assembleia. Como ninguém se pronunciou o Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente do Conselho Fiscal para proceder à leitura do Parecer do Conselho Fiscal, de acordo com os Estatutos, depois de consultados e avalizados os documentos apresentados.

Deliberou o Conselho Fiscal, por unanimidade, dar o seu Parecer favorável sobre o Relatório e Contas da Gerência do ano de dois mil e vinte cinco. Não havendo mais intervenções o documento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Passou-se ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos. O Presidente da Assembleia deu a palavra aos associados. Pediu a palavra a Presidente da Direção, que falou sobre a suspensão do mandato, por doença, da Primeira Secretária da Direção, Georgete Carvalho, por tempo indeterminado. A Presidente desejou que tenha umas rápidas melhoras e que regresse. Propôs também um voto de louvor. -----

Seguidamente pediu a palavra o associado número 380, Cláudio Bártolo, para manifestar um agradecimento à Direção, pelo seu trabalho, e um voto de louvor. --- O Associado nº 150, José Gonçalves, solicitou esclarecimento sobre as dívidas à AURPIA. A Presidente da Direção, respondeu ao solicitado, informando que as dívidas estão a ser recuperadas, falou sobre os recebimentos em atraso e informou que se está a preparar uma ação judicial e, outros que tiveram reuniões, para fazerem o pagamento, está a tratar da documentação. -----

O Presidente da Assembleia, perguntou se mais algum associado queria usar da palavra. Não havendo mais intervenções, colocou à consideração dos associados presentes a seguinte proposta: -----

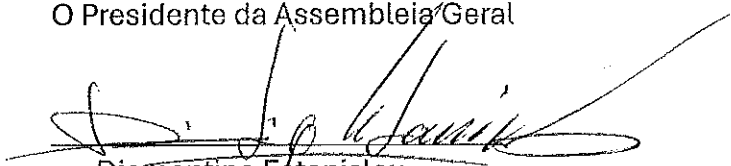
Que seja dado à Mesa da Assembleia um voto de confiança na elaboração desta acta, para que a mesma possa ser utilizada pela direção. Colocada a votação foi aprovada por unanimidade. -----

Não se verificando mais intervenções e esgotada que foi a ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia Geral deu por encerrada esta Assembleia pelas dezasseis horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente Ata. -----

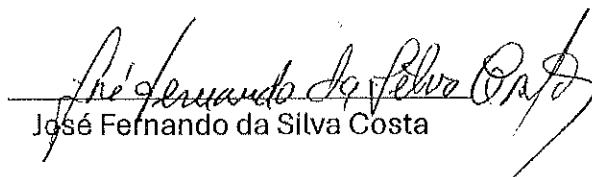
A presente Ata vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Geral e pelo Secretário, que a secretariou e elaborou. -----

Vila Nogueira de Azeitão, 28 de março de 2026

O Presidente da Assembleia Geral


Diamantino Estanislau

O 1º Secretário da Assembleia Geral


José Fernando da Silva Costa

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com a alínea c) do artigo 43º dos Estatutos da AURPIA, e, depois de analisados os documentos relativos ao RELATÓRIO DA DIREÇÃO E CONTAS DE GERÊNCIA DO ANO DE 2025 que nos foram facultadas pela Direção, deliberou o CONSELHO FISCAL emitir PARECER FAVORÁVEL sobre os citados documentos, cujo exercício se reporta ao ano de 2025. Foi aprovado por unanimidade.

AURPIA, 23 de março 2026

Presidente Conselho Fiscal



João Guilherme Santos

Vogal



Fernando António Queirós

Vogal



Francisco Palma

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE FINAL DE EXERCÍCIO

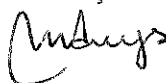
MARIA ARMINDA DE JESUS GONÇALVES DOS SANTOS, com o NIF 113 56 958, vem, na qualidade de Presidente da Direção da Instituição ASSOCIAÇÃO UNITÁRIA DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE AZEITÃO, contribuinte fiscal 501 504 699, com sede na R. António Maria Carvalho, Bairro da Torre 2925-383 Azeitão, emitir declaração nos termos do disposto no **n.º 6 do Artigo 12.º do Código Deontológico dos Contabilistas Certificados**, a pedido do contabilista certificado **ULISSES MÁRIO BARATA DA SILVA**, cédula profissional n.º **807**, diretor técnico da sociedade ODULISSER-CONTABILIDADE, Contabilidade e Gestão de Equipamentos Sociais, Lda., contribuinte nº 507124813, com sede na Rua Acácio Barradas nº 8 A, em Setúbal, a quem compete planificar, organizar, coordenar a execução da contabilidade e assumir a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal, relativamente ao exercício económico de **2025**, pelo que, declaramos:

1. Não foram omitidos quaisquer documentos ou informações relevantes com impacto na contabilidade e na verdade fiscal, nomeadamente:
 - Nenhum documento de suporte contabilístico e fiscal, foi ocultado, omitido, viciado ou destruído, tendo sido verificados os requisitos dos documentos, quanto à sua elegibilidade nos termos do Código do IVA, sendo que, despesas consideradas não documentadas, ou até, confidenciais, terão o correspondente tratamento fiscal no âmbito do Código do IRC.
 - Não foi sonogada, ou não partilhada, qualquer informação com influência direta na situação contabilística e fiscal da Instituição, nomeadamente, operações contratuais que possam colocar em causa a regularidade fiscal, quer por via de operações em território nacional, ou com outros Estados-membros.
 - Não foram omitidos, compromissos e responsabilidades, reais ou contingentes, que afetam a situação da Instituição.
2. Declara-se ainda que:
 - A Instituição não possui litígios ou conflitos esperados com qualquer entidade, além dos divulgados nas demonstrações financeiras.
 - Não existem acordos com quaisquer instituições envolvendo compensações de saldos, restrições de movimentação de dinheiro ou linhas de crédito, além dos divulgados.
 - Não há irregularidades envolvendo os órgãos sociais que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
 - Não existem projetos ou ações em curso que possam comprometer a continuidade das operações da Instituição.
 - Todas as situações com potencial impacto nas demonstrações financeiras e fiscais foram devidamente comunicadas em tempo oportuno.
 - Foram prestados todos os esclarecimentos solicitados pelo contabilista certificado.

Por ser verdade e para os devidos efeitos, emite-se a presente declaração.

Azeitão, 31 de março 2026

A Direção



ASSOC.UNIT.REFORM.PENSIONISTAS E IDOSOS DE AZEITAO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501504699
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 272 866,12	1 307 627,31
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	6 034,14	6 034,14
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 278 900,26	1 313 661,45
Activo corrente			
Inventários	9	604,36	1 246,80
Créditos a receber	17.3	8,50	34,00
Estado e outros entes públicos	17.9	2 108,39	1 911,14
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	7 704,23	9 683,98
Outros ativos correntes	17.4	5 344,32	5 481,37
Caixa e depósitos bancários	17.6	393 862,71	223 951,32
		409 632,51	242 308,61
Total do ativo		1 688 532,77	1 555 970,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	136 832,62	136 832,62
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	419 862,46	341 409,69
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	666 494,96	692 129,39
		1 223 190,04	1 170 371,70
Resultado líquido do período		151 604,21	78 452,77
Total dos fundos patrimoniais		1 374 794,25	1 248 824,47
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	0,00	7 524,69
Estado e outros entes públicos	17.9	33 180,09	35 027,89
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	0,00	0,00
Diferimentos	17.5	146 015,97	151 631,97
Outros passivos correntes	17.10	134 542,46	112 961,04
		313 738,52	307 145,59
Total do passivo		313 738,52	307 145,59
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 688 532,77	1 555 970,06

A Direção

M. Mendes

O responsável

Técnico Oficial de Contas

Dora Isabel Carolino Estêvão
C.O.C. n.º 56584

ASSOC.UNIT.REFORM.PENSIONISTAS E IDOSOS DE AZEITAO
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda: (Valores em Euros)

Carvalho
Sara
Carvalho
medeiros
Sara

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		847 204,39	775 113,01
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		314 055,13	292 158,01
Pagamentos ao pessoal		529 101,80	473 506,96
Caixa gerada pelas operações		4 047,46	9 448,04
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		182 373,81	73 626,87
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		186 421,27	83 074,91
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		16 509,88	534,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	203,33
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-16 509,88	-330,67
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	9 890,36
Juros e gastos similares		0,00	405,45
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	-10 295,81
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		169 911,39	72 448,43
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		223 951,32	151 502,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período		393 862,71	223 951,32

A Direcção

Carvalho

O Responsável

Técnico Oficial de Contas
 Dora Isabel Carolino Esteves
 TOC nº 56588

ASSOC.UNIT.REFORM.PENSIONISTAS E IDOSOS DE AZEITAO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501504699

Moeda: EUROS

Sara
Carvalho
17/12/2025
Carvalho
Sara

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	10	1.138.369,43	1.024.858,24
Subsídios, doações e legados à exploração	17.11	95.557,94	41.877,66
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-112.765,33	-105.894,11
Fornecimentos e serviços externos	17.12	-179.503,07	-170.543,70
Gastos com o pessoal	15	-843.063,32	-758.708,03
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.13	105.619,44	101.316,14
Outros gastos	17.14	-1.338,68	-6.101,49
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		202.876,41	126.804,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-51.271,07	-48.149,82
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		151.605,34	78.654,89
Juros e rendimentos similares obtidos	17.15	0,00	203,33
Juros e gastos similares suportados	17.15	-1,13	-405,45
Resultados antes de impostos		151.604,21	78.452,77
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		151.604,21	78.452,77

A Direcção

Carvalho

O responsável

Técnicos de Contas
 Dora Isabel Carlos Esteves
 TIC nº 56588

ASS. UNIT. DOS REFORM.
PENSIONISTAS E IDOSOS DE AZEITÃO

Anexo

Conta de Gerência de 2025

Índice

1 Identificação da Entidade	3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3 Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1 Bases de Apresentação	4
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros :	13
5 Ativos Fixos Tangíveis	13
6 Ativos Intangíveis	15
7 Locações	16
8 Custos de Empréstimos Obtidos	16
9 Inventários	17
10 Rédito	18
11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	18
12 Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio	18
14 Imposto sobre o Rendimento	18
15 Benefícios dos empregados e Órgãos Diretivos	19
16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
17 Outras Informações	20
17.1 Investimentos Financeiros	20
17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	20
17.3 Créditos a Receber	21
17.4 Outras Ativos Correntes	21
17.5 Diferimentos	22
17.6 Caixa e Depósitos Bancários	22
17.7 Fundos Patrimoniais	22
17.8 Fornecedores	23
17.9 Estado e Outros Entes Públicos	23
17.10 Outras Passivos Correntes	24
17.11 Subsídios, doações e legados à exploração	24
17.12 Fornecimentos e serviços externos	25
17.13 Outros rendimentos e ganhos	25
17.14 Outros gastos e perdas	25
17.15 Resultados Financeiros	26
17.16 Acontecimentos após data de Balanço	26

1 | Identificação da Entidade

1.1 Designação da entidade

AURPIA – Associação Unitária dos Reformados Pensionistas e Idosos de Azeitão

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, conforme publicação no Diário do Governo, III Série nº 220, de 22 de Setembro de 1994, reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), conforme Decreto-Lei nº 402/85, 11 de Outubro.

1.2 Sede

Rua António Maria de Carvalho – Bairro da Torre – 2925-383 Azeitão

1.3 NIPC: 501 504 699

1.4 Natureza da atividade: Apoio Social a Idosos com Alojamento

A Instituição foi constituída em 1985 e apresenta como fins estatutários a Criação de Centros de dia; Centros de convívio; Lares residenciais; Serviços de ajuda e apoio domiciliário; Criação de postos clínicos para socorros de emergência aos utentes; Criação de atividades físicas; aulas de ginástica; Criação de meios culturais e recreativos; Criação de oficinas de aprendizagem para a juventude; Criação de outros sectores de ação social, que justifiquem a sua criação, desenvolvendo atualmente as seguintes respostas:

- *Centro de Convívio*
- *Centro de Dia*
- *Serviço de Apoio Domiciliário*
- *Lar Residencial*

2 | Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 | Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materiais se puderem, individualmente ou coletivamente influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. A dimensão ou a natureza do item, ou uma combinação de ambas, pode ser o fator determinante.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos fundos patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo. Se uma linha de item não for individualmente material, ela é agregada a outros itens, seja na face dessas demonstrações, seja nas notas do anexo. Um item que não seja suficientemente material para justificar a sua apresentação separada na face dessas demonstrações pode, porém, ser suficientemente material para que seja apresentado separadamente nas notas do anexo.

3.1.5 Compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos, não devem ser compensados. É importante que os ativos e passivos e os rendimentos e gastos sejam separadamente relatados. A compensação quer na demonstração dos resultados quer no balanço, exceto quando a mesma reflita a substância da transação ou outros acontecimentos, prejudica a capacidade dos utentes em compreender as transações, outros acontecimentos e condições que tenham ocorrido e de avaliar os futuros fluxos de caixa da entidade.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída para a informação descritiva quando for relevante para compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	----
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	----
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhada na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração é também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período. Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com

denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidos diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo. Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar

benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-----
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-----
Outros Ativos Intangíveis	-----

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou dos serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado; ○ Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes; ○Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores /doadores /associados /membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Loações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Loações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Loações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas. Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa aplicável sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 | Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Bens do património histórico, artístico e cultural

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Exercício de 2024						
Descrição (Ativo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terreno e recursos naturais	99 759,58	0,00	0,00	0,00	0,00	99 759,58
Edifícios e outras construções	2 273 018,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2 273 018,73
Equipamento Básico	223 762,39	0,00	0,00	0,00	0,00	223 762,39
Equipamento de transporte	112 338,94	534,00	0,00	0,00	0,00	112 872,94
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	175 483,02	0,00	0,00	0,00	0,00	175 483,02
Outros ativos fixos tangíveis	40 128,37	0,00	0,00	0,00	0,00	40 128,37
Investimentos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 924 491,03	534,00	0,00	0,00	0,00	2 925 025,03

Exercício de 2024				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	0,00		0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 026 342,17	44 184,59	0,00	1 070 526,76
Equipamento Básico	216 330,95	2 533,20	0,00	218 864,15
Equipamento de transporte	112 338,94	0,00	0,00	112 338,94
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	174 107,72	1 432,03	0,00	175 539,75
Outros ativos fixos tangíveis	40 128,12	0,00	0,00	40 128,12
Investimentos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 569 247,90	48 149,82	0,00	1 617 397,72

Exercício de 2025						
Descrição (Ativo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Terreno e recursos naturais	99 759,58	0,00	0,00	0,00	0,00	99 759,58
Edifícios e outras construções	2 273 018,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2 273 018,73
Equipamento Básico	223 762,39	12 577,58	0,00	0,00	0,00	236 339,97
Equipamento de transporte	112 338,94	0,00	0,00	0,00	0,00	112 338,94
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	176 017,02	3 932,30	0,00	0,00	0,00	179 949,32
Outros ativos fixos tangíveis	40 128,37	0,00	0,00	0,00	0,00	40 128,37
Investimentos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 925 025,03	16 509,88	0,00	0,00	0,00	2 941 534,91

Exercício de 2025				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terreno e recursos naturais	1 070 526,76	44 184,59	0,00	1 114 711,35
Edifícios e outras construções	218 864,15	4 632,57	0,00	223 496,72
Equipamento Básico	112 338,94	0,00	0,00	112 338,94
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	175 539,75	2 453,91	0,00	177 993,66
Equipamento administrativo	40 128,12	0,00	0,00	40 128,12
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 617 397,72	51 271,07	0,00	1 668 668,79

Ano	Total Ativos Fixos Tangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Ativo Líquido
2024	2 925 025,03	1 617 397,72	1 307 627,31
2025	2 941 534,91	1 668 668,79	1 272 866,12

Propriedades de Investimento

-Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

6 | Ativos IntangíveisBens do domínio público

-Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Exercício de 2024						
Investimentos em Curso						
Descrição (Activo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Goodwill	Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	6 962,26	0,00	0,00	0,00	0,00	6 962,26
Propriedade Industrial	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6 962,26	0,00	0,00	0,00	0,00	6 962,26

Exercício de 2024				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Goodwill	Saldo final	0,00	0,00	0,00
Investimentos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	6 962,26	0,00	0,00	6 962,26
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6 962,26	0,00	0,00	6 962,26

Exercício de 2025						
Investimentos em Curso						
Descrição (Activo)	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	6 962,26	0,00	0,00	0,00	0,00	6 962,26
Propriedade Industrial	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6 962,26	0,00	0,00	0,00	0,00	6 962,26

Exercício de 2025				
Descrição (Gasto)	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	6 962,26	0,00	0,00	6 962,26
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6 962,26	0,00	0,00	6 962,26

Ano	Total Activos Intangíveis	Total Deprec. Acumuladas	Activo Líquido
2024	6 962,26	6 962,26	0,00
2025	6 962,26	6 962,26	0,00

7 | Locações

Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

8 | Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	Exercício de 2024			Exercício de 2025		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De um a cinco anos	9 890,36	405,45	10 295,81	0,00	0,00	0,00
Mais de cinco anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9 890,36	405,45	10 295,81	0,00	0,00	0,00

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente aos empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	Estrutura dos Financiamentos Obtidos - Capital em Dívida Corrente e Não Corrente					
	Exercício de 2024			Exercício de 2025		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

9| Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Exercício de 2024				Exercício de 2025		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, Subs. Consumo	1 102,34	103 239,34	2 799,23	1 246,80	109 057,68	3 065,21	604,36
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desp., resid. Interm.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	80 522,51	0,00	625,45	1 246,80	109 057,68	3 065,21	604,36
Custo Merc. Vend. Mat. Consumidas	0,00	105 894,11	0,00	0,00	112 765,33	0,00	0,00
Variações nos invent. Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10 | Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2025
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores (Mensalidades)	720 191,12	775 521,37
Quotas e joias	2 146,00	3 237,50
Subsídios ISS - Acordos Cooperação	290 726,67	320 108,16
Prestação de Serviços	11 767,95	10 193,77
Serviços Secundários	26,50	29 308,63
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1 024 858,24	1 138 369,43

11 | Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Passivos contingentes

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

Ativos contingentes

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Relativamente aos saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo", os mesmos estão discriminados ao pormenor na nota 17.11.

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

14 Imposto sobre o Rendimento

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

15 Benefícios dos empregados e Órgãos Diretivos

Os membros dos órgãos diretivos, para os períodos de 2024 e 2025, foram, respetivamente:

Exercício 2024	
Cargo	Nome
Presidente Direcção	Manuel Linheiro Queiroz
Vice-Presidente	José Manuel Lima Neves
Secretário	Maria Georgete de Carvalho
Tesoureiro	Joaquim Luís Fonseca da Silva Rato
Vogal	Maria Augusta Graça da Silva

Exercício 2025	
Cargo	Nome
Presidente Direcção	Maria Arminda de Jesus Gonçalves dos Santos
Vice-Presidente	José Manuel Lima Neves
Secretário	Maria Georgete de Carvalho
Tesoureiro	Joaquim Luís Fonseca da Silva Rato

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em:	
Exercício	número médio de colaboradores
31-12-2024	41
31-12-2025	41

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2025
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	617 627,09	680 856,05
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	3 928,80
Encargos sobre as Remunerações	129 357,29	142 645,55
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 497,15	9 962,37
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1 226,50	5 670,55
Total	758 708,03	843 063,32

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2024	2025
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	6 034,14	6 034,14
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	6 034,14	6 034,14

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

- Nesta rubrica não existe nada a evidenciar.

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	34,00	8,50
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	34,00	8,50

17.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinham, em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2025
Remunerações a pagar ao pessoal		153,42
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	0,00	137,45
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	4 481,37	4 053,45
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Ativos Financeiros - Tit- Negociáveis	1 000,00	1 000,00
Total	5 481,37	5 344,32

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2025
Gastos a reconhecer		
Seguros	9 683,98	7 632,83
Outras Despesas com Custo Diferido	0,00	71,40
Total	9 683,98	7 704,23
Rendimentos a reconhecer		
Mensalidades	0,00	0,00
Donativos para Obras	3 447,77	3 320,08
Restituição Impostos (PIDDAC/Outros)	148 184,20	142 695,89
ISS - Apolo Extraordinário	0,00	0,00
Outras Receitas com Provento Diferido	0,00	0,00
Total	151 631,97	146 015,97

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2024 e 2025, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2024	2025
Caixa	4 142,66	5 360,04
Depósitos à ordem	199 808,66	368 502,67
Depósitos a prazo	20 000,00	20 000,00
Outros	0,00	0,00
Total	223 951,32	393 862,71

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	136 832,62	0,00	0,00	136 832,62
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	341 409,69	78 452,77	0,00	419 862,46
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	692 129,39	0,00	25 634,43	666 494,96
Total	1 170 371,70	78 452,77	25 634,43	1 223 190,04

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Fornecedores c/c	7 524,69	0,00
Adiantamento Fornecedores	0,00	0,00
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	7 524,69	0,00

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	42,70	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Reembolsos Pedidos (IVA)	1 868,44	2 108,39
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1 911,14	2 108,39
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	646,99	424,99
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6 606,00	4 832,77
Segurança Social	27 774,90	27 922,33
Outros Impostos e Taxas		
Fundo Garantia	0,00	0,00
Total	35 027,89	33 180,09

17.10 - Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2025	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	5,07	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	107 497,92	0,00	126 623,39
Outros credores	0,00	5 458,05	0,00	7 919,07
Total	0,00	112 961,04	0,00	134 542,46

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2025, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2025
Subsídios ISSS	14 440,66	50 989,65
- Subsídios ISS - Acordos Cooperação	14 440,66	50 989,65
- Fundo Socorro Social	0,00	0,00
- Outros Subsídios ISS - Adaptar Social +	0,00	0,00
- Outros Subsídios ISS - Apoios Excepcionais Covid	0,00	0,00
Subsídios de outras entidades públicas	15 000,00	28 719,49
- Autarquias	15 000,00	5 000,00
- IEFP	0,00	23 719,49
- Outras Entidades	0,00	0,00
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	12 437,00	15 848,80
Legados	0,00	0,00
Total	41 877,66	95 557,94

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025, foi a seguinte:

Descrição	2024	2025
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	41 004,35	44 663,83
Materiais	6 059,63	5 273,98
Energia e fluidos	65 201,20	58 069,78
Deslocações, estadas e transportes	2 791,70	1 070,00
Serviços diversos	34 326,60	42 403,77
Encargos com Utentes	21 160,22	28 021,71
Total	170 543,70	179 503,07

17.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Rendimentos Suplementares	49 681,50	36 868,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	4 740,90
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	51 634,64	64 010,54
Total	101 316,14	105 619,44

17.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Impostos	604,96	353,85
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	5 496,53	984,83
Total	6 101,49	1 338,68

17.15 - Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros similares:

Descrição	2024	2025
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	405,45	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	1,13
Total	405,45	1,13
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	203,33	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	203,33	0,00
Resultados Financeiros	-202,12	-1,13

17.16 - Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data mais eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Setúbal, 30 de Março de 2026

O Contabilista Certificado
Atestado Oficial de Contas
 Dora Isabel Carolino Esteves
 TOC nº 56588

Dora Isabel Carolino Esteves

Nº Membro CC 56588

A Direção:

